

RESUMO - 3. DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DA SAÚDE

PERSISTÊNCIA DA SÍFILIS CONGÊNITA COMO EVENTO SENTINELA DA ATENÇÃO AO PRÉ-NATAL EM MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARÁ (2020–2025)

Edilane Gabriele Vasconcelos Pereira (lanivscncelos@gmail.com)

Ádrian Fernanda Silva Santos (adrian.santos@aluno.iespes.edu.br)

Brenda Elane Souza Vara (brenda.esvara@aluno.uepa.br)

Caroline Alves Da Gama (caroline.gama@aluno.iespes.edu.br)

Eva Cecília Assunção De Sousa (eva.sousa@aluno.iespes.edu.br)

Milena Zila Santos Cândido (santosmilenacandido@gmail.com)

Larissa Silva Araujo (larissan.saa@gmail.com)

Alberto Evangelista (proevangelista@gmail.com)

Alan Fayga Pereira Rocha (alanfaygarocha@gmail.com)

José Almir Moraes Da Rocha (almir.rocha@uepa.br)

Patrícia Norma Silva Costa (enfapatricianorma@gmail.com)

Irlando Siqueira Da Trindade (nandostm17@gmail.com)

A sífilis congênita configura-se como um importante problema de saúde pública no Brasil, sendo reconhecida como um evento sentinela da qualidade da atenção ao pré-natal. A transmissão vertical do *Treponema pallidum* pode

ocorrer em qualquer fase da gestação, inclusive no parto, o que evidencia a necessidade de diagnóstico oportuno e acompanhamento adequado durante o pré-natal. No contexto amazônico, marcado por desigualdades territoriais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a persistência desse agravo revela fragilidades estruturais no cuidado materno-infantil. O presente estudo teve como objetivo analisar a recorrência temporal das notificações de sífilis congênita em municípios do oeste do Pará, no período de 2020 a 2025, a partir de dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN Net), realizando a análise das taxas por 1.000 nascidos vivos no intervalo de 2020 a 2024 e considerando a presença de notificações até o ano de 2025 para a caracterização da recorrência do agravo. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, baseado na frequência anual de notificações segundo município de residência, incluindo Aveiro, Novo Progresso, Rurópolis, Santarém e Trairão. No período de 2020 a 2025, foram registrados 403 casos de sífilis congênita nos municípios estudados, distribuídos ao longo de múltiplos anos consecutivos, sendo 6 casos em Aveiro, 28 em Novo Progresso, 23 em Rurópolis, 336 em Santarém e 10 em Trairão, evidenciando a manutenção do agravo no território. Para o cálculo das taxas por 1.000 nascidos vivos, foram considerados exclusivamente os casos notificados e os nascidos vivos registrados entre 2020 e 2024, assegurando a compatibilidade temporal entre numerador e denominador. Nesse intervalo, foram registrados 4 casos em Aveiro, 25 em Novo Progresso, 22 em Rurópolis, 315 em Santarém e 9 em Trairão, correspondendo, respectivamente, às taxas de 4,8, 7,4, 9,9, 9,8 e 6,7 casos por 1.000 nascidos vivos, evidenciando a ocorrência da sífilis congênita em municípios de diferentes portes populacionais, com variações nas magnitudes observadas, sem sugerir homogeneidade entre os territórios. No período analisado, observou-se a ocorrência contínua de notificações de sífilis congênita nos municípios estudados, inclusive no ano de 2025, evidenciando que o agravo não se configura como um evento esporádico, mas como um problema persistente no território. Em municípios de menor porte populacional, como Aveiro e Trairão, a presença de casos em anos distintos reforça o caráter recorrente da doença, enquanto em Santarém, município de maior porte, a manutenção anual das notificações indica a continuidade de falhas na prevenção da transmissão vertical. Esse padrão temporal é consistente com o cenário nacional, no qual a sífilis congênita permanece como um relevante desafio de saúde pública, apresentando, em 2024, taxa de incidência de 9,6 casos por 1.000 nascidos vivos, valor semelhante ao observado em alguns dos municípios analisados.

Tal convergência reforça que a persistência da sífilis congênita está associada a determinantes estruturais e organizacionais dos serviços de saúde, como diagnóstico tardio, tratamento inadequado da gestante e ausência de manejo do parceiro. Conclui-se que a persistência da sífilis congênita nos municípios do oeste do Pará evidencia a necessidade de fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e da qualificação da atenção ao pré-natal, com foco na interrupção da transmissão vertical e na melhoria da atenção à saúde materno-infantil.

Palavras-chave: sífilis congênita; atenção pré-natal; iniquidades em saúde.